

O EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA E A CRISE DO CAPITAL

Lucas Cerqueira

Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano na Universidade Salvador (UNIFACS). Doutorando em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestre em Administração Estratégica na Universidade Salvador (UNIFACS) e graduação em Administração com Gestão da Informação pela União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME)

RESUMO: Este ensaio tem por objetivo apresentar uma reflexão de como o fenômeno do empreendedorismo tem servido como estratégia do capital para precarização das relações de trabalho no século XXI. O texto pretende recuperar as bases conceituais do empreendedorismo em Schumpeter, o conceito de empreendedorismo como abertura de negócios ou criação de empresas e a relação com os principais modelos de negócios que têm emergido no contexto de crise estrutural do capital, conforme aponta Mézaros, em que os limites do sistema aprofunda a expropriação do trabalho e a

degradação ambiental. O ensaio demonstra como a precarização do trabalho é peculiar nas novas modalidades de criação de negócios, e como o empreendedorismo virou sinônimo de emprego, frente a uma conjuntura de desemprego estrutural no mercado formal brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo, Precarização, Trabalho.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o discurso do Empreendedorismo ou do Empreendedor de Sucesso aparece em todas as esferas sociais. Das artes à academia, do Direito à Biologia, da Medicina às Ciências Sociais pululam iniciativas que visam a estimular a criação de novos negócios como opção de carreira profissional e como alternativa à falta de oportunidades de trabalho no mercado formal. Talvez esse movimento seja uma resposta ao “*Fim dos “Empregos”*”, fazendo aqui uma alusão à perspectiva do livro *Jeremy Rifkin*, de 1996, em que o autor considerava o desemprego estrutural como inevitável, tendo em vista os avanços tecnológicos, e que o futuro, de certa forma,

dependeria de como os ganhos oriundos desses avanços seriam apropriados socialmente (PAULA, 1998) ou de uma estratégia do capital frente a sua crise, conforme acentuam autores críticos como Mézaros, Havey, Antunes e outros.

A crise, quando abordada, é relativizada como movimento cíclico natural e de ajustes do sistema de produção capitalista, principalmente por correntes mais progressistas e liberais. Contudo, a essência da atual crise do capital é estrutural e profunda, sem precedentes na história da humanidade, pois a lógica destrutiva do sociometabolismo do sistema defrontou-se com os seus limites (MÉSZAROS, 2000). O que exigirá mudanças essenciais na forma como as pessoas provém as condições para sua sobrevivência e reprodução social (MÉSZAROS, 2000). Todavia, a lógica de acumulação e do lucro está na gênese do sistema, bem como o controle ideológico da sociedade. Em função disso, as estratégias de superação da crise continuam em atividade.

Nas últimas décadas, a flexibilização do trabalho tem provocado um processo de destruição da identidade de um modelo de sociedade, cuja base é o trabalho assalariado (CASTEL, 2003) e tudo aquilo que dela deriva. Nesse modelo de sociedade, a centralidade do trabalho assalariado tornou-se uma exigência útil, juntamente com as proteções sociais provenientes dessa condição (BARBOSA, 2011). Sendo assim, os trabalhadores passam a lidar com incertezas, riscos no mercado de trabalho e a precarização dos direitos (BARBOSA, 2011). O autor adverte que “*Transitar em um mundo de instabilidade e incertezas produzidas pela fragilização dos direitos vinculados à rede de proteção vinculada ao assalariamento é a característica fundamental da condição de trabalhador precarizados*” (p.123).

Essa precarização é o que mais tem crescido nos últimos anos. O surgimento do modelo de negócios como o da UBER, que utiliza plataformas digitais para mediar, organizar e controlar o trabalho, expropriando o trabalhador, com vínculos precários e impactos econômicos significativos, tornaram-se tendência cada vez mais presente nas relações de trabalho no mundo (HUWS, SPENCER, SYRDAL, & HOLTS, 2018; PESOLE, BRACANTI, MACIAS, BIAGI, & VÁZQUEZ, 2018; DE STEFANO, 2016). Esses modelos são provenientes dos avanços das políticas neoliberais, da eliminação de direitos, da globalização dos mercados e financeirização da economia (HARVEY, 2008).

É um tipo de relação em que o trabalhador passa a ser gerente de si mesmo e explorado pelos donos dos aplicativos, conforme afirma Abílio (2019). Da mesma forma, o empreendedor de si mesmo está alienado com a ideia de que a flexibilização, de ser dono de si, livre para conduzir o seu próprio bem-estar, sem o Estado. Movimento que Dardot e Laval (2016) denominam de “*Governamentalidade Empresarial*”, que ultrapassa as barreiras e atuação do Estado e o incentiva o indivíduo a investir em si mesmo. Valores como concorrência, competitividade e busca pelos resultados são incentivados exponencialmente para que empresa seja promovida à subjetividade do indivíduo (DARDOT e LAVAL, 2016). Para os autores, cada indivíduo atua como uma empresa com capital, que precisa ser gerido e gerar mais resultados. Tanto no Gerente de si mesmo como no Empreendedor de

si mesmo, a expropriação e a precarização estão presentes.

Alienados pelos discursos sedutores de ganhos fáceis, autonomia da jornada de trabalho e menor burocracia, os trabalhadores, pressionados pela escassez dos empregos formais, aceitam a alteração das relações de trabalho para uma relação comercial de contrato de serviços entre empresas, conforme ponderam Dardot e Laval (2016). O que praticamente elimina as proteções sociais, e os trabalhadores são tratados como parceiros empreendedores, mas que ficam com a menor parcela dos ganhos e a maior parcela do trabalho. Empreendedorismo passou a ser sinônimo de emprego sem direitos e desvinculado de relação de pertencimento. Conforme pondera Abílio (2019), empreendedorismo virou sinônimo de assumir praticamente todo o risco da atividade.

Independentemente da área de atuação, o que mais se vê nos espaços públicos e privados são estímulos para desbravar os caminhos do próprio negócio. Artigos em jornais, revistas, blogs, rádios, TVs, redes sociais etc. ajudam a potencializar o discurso que contribui para que o empreendedorismo seja sinônimo de trabalho, de sucesso e, algumas vezes, enriquecimento, claramente associando o êxito empresarial à capacidade individual de cada um, deixando o Estado isento de prover as condições mínimas de bem-estar (CARMO et al, 2020).

A capa da revista *Época Negócios*, de agosto de 2011, foi uma das finalistas de um concurso que premiava as melhores capas do ano no Brasil, promovido pela Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER). Nesta capa, uma das chamadas (matérias) era “*Este empresário vai faturar R\$ 1 BI em 2040*”, cuja reportagem abordava como educar as novas gerações para aproveitar oportunidades criadas no Brasil. O detalhe é que a imagem da capa era um bebê sorrindo, como um futuro e rico empreendedor de negócios. Em um país com desigualdades abissais, e obscenas, como diria Francisco de Oliveira, a sedução começa cedo, e os pudores são dispensáveis a serviço da ideologia e engenharia do sistema.

Em outubro de 2020, em plena pandemia do Covid-19, o jornal GZH de Porto Alegre publicou uma matéria com o título: “*Empreendedora dribla a crise vendendo pães e bolos na janela do seu apartamento*”. Na reportagem é narrada a história de um casal atingido frontalmente pela crise sanitária e socioeconômica, com a perda do emprego pelo marido, e a falta de oportunidade de retorno ao mercado de trabalho formal pela esposa, um filho pequeno e o auxílio emergencial em análise.

Mediante o horror e a desesperança da situação narrada, eles precisariam se “reinventar”, afirmava a reportagem, para gerar renda e manter o padrão de vida de classe média da família. Com uma rotina que começava às 5h e se encerrava às 19h30min, ou seja, mais de 14h de trabalho, desconsiderando as horas dispendidas na aquisição dos produtos necessários para a produção dos bolos e pães, e o trabalho doméstico não remunerado, a reportagem exalta o que seria descrito como sucesso de vendas do negócio. Na abordagem da revista, as únicas dúvidas que permeariam a cabeça dos novos “empreendedores” seria

como captar mais clientes e aumentar os negócios. Em nenhum momento a matéria se aproxima das ideias de autoexploração, falsa flexibilização e ausência de proteção social.

Esse movimento empreendedor também afeta as instituições. Em um artigo no seu *site* intitulado **“O empreendedorismo nas universidades brasileiras”**, publicado em outubro de 2016 e atualizado em março de 2017, o SEBRAE alude a importância do Empreendedorismo e da Inovação como motores do desenvolvimento em países espalhados pelo mundo e sentencia “É a vez de o Brasil entrar ativamente nesse movimento”. A matéria aponta uma pesquisa realizada com cerca de 2.230 alunos e 680 professores, em mais de 70 instituições de ensino superior no país, **para formular estratégias das universidades para a promoção do empreendedorismo e a inovação, provavelmente com o objetivo de gerar novos negócios, patentes, startups etc. A pesquisa lista o que seriam os diversos problemas nas universidades no viés pretendido.**

Isso é tão sintomático do cenário atual que várias universidades, principalmente as federais, estão direcionando esforços, estruturas, corpo técnico e docente no intuito de promover o empreendedorismo e inovação nas suas atividades. A criação, em 2016, do Código de Ciência, Tecnologia e Inovação, que dentre outras coisas permitia a terceirização dos pesquisadores das universidades brasileiras a partir da criação de empresas direcionadas à produção de conhecimento e pesquisa, alinhadas aos interesses do capital produtivo (MISOCZKY *et al*, 2017) faz parte de uma gama de ações do Estado, pautadas na agenda neoliberal, de promover um projeto de classe que visa a garantir a acumulação e a subordinação da sociedade ao mercado, complementam os autores.

Em todo o tecido social encontra-se exemplos de como a ideologia Neoliberal, bem como o empreendedorismo, aparecem como soluções para o desenvolvimento econômico e resposta à crise do capital. Nem de longe, se verificam os fenômenos da degradação ambiental severa e a dilapidação dos direitos sociais como estratégias para salvaguardar o sistema da sua maior crise (MÉSZAROS, 2000), muito menos a precarização das relações de trabalho com componente em todas as alternativas emergentes das relações de trabalho modernas.

Dessa forma, esse ensaio pretende refletir sobre a estratégia do empreendedorismo como precarização do trabalho frente à crise estrutural do sistema. Essa reflexão se justifica pelas transformações do mundo trabalho que afetam a vida de todos os trabalhadores e, conseqüentemente, o tecido social, aumento a precariedade social e degradação ambiental, face os movimentos do capital para manutenção da sua acumulação e hegemonia.

DESENVOLVIMENTO

Não se pode deixar de lembrar que o capitalismo, para alcançar a sua plenitude, precisa subordinar todos os elementos da sociedade a si e, em função disso, historicamente garantiu a hegemonia como principal sistema de produção de mercadorias no mundo

(MÉSZAROS, 2000). Um modelo que degrada e reduz o ser humano a coisas, ou meros custos de produção, como força de trabalho barata e necessária ao sistema produtivo, fazendo cumprir seus objetivos econômicos e políticos de subordinação do trabalhador: “*capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da compulsão econômica*” (p.8).

Um ponto de inflexão importante para esta discussão é entender que o capitalismo é cíclico e constituído de crises. Nesse movimento, quando em crise, o sistema recorre a expropriação a níveis cada vez mais degradantes do trabalho (MÉSZAROS, 2009).

Para Schumpeter (1982), a crise se resolve com a dinâmica da destruição criadora, com a introdução de inovações pelo empreendedor e, assim, o reestabelecimento das taxas de lucro, acumulação de riqueza e o desenvolvimento econômico.

Contudo, para Mézaros (2000), o contexto atual difere desse movimento natural do sociometabolismo do capital, pois, afeta a sua estrutura e testa os seus limites. Mézaros (2009) associa a crise atual do capital como algo muito mais eloquente que a crise de 29, que teve dimensões catastróficas socioeconômicas, como o fechamento de empresas, redução de empregos, suicídios e outros fatos que geraram caos social na época. Para Mézaros (2002), crises cíclicas como a de 1929 são sucedidas de crescimento econômico e taxas de lucratividade maiores que antes da crise. Porém, o autor adverte que esses períodos de prosperidade podem camuflar as imperfeições do desequilíbrio entre produção e consumo, já que, no sistema capitalista, produz-se mais do que o consumo é capaz de absolver para manter o padrão de acumulação e de lucro.

Não se pode também deixar de citar a crise dos derivativos, de 2008, que foi grave e por pouco não superou a de 29, da qual o mundo ainda não se recuperou totalmente. A crise foi ainda mais agravada pela pandemia da COVID-19, que abalou as estruturas econômicas e sociais em todo o globo. Emergindo mais uma vez o combalido papel do Estado como provedor de políticas sociais, sanitárias e anticíclicas para evitar um novo caos social.

Para Paniago (2014, p.47), alguns acontecimentos comprovam a crise estrutural do capital:

[...] a incapacidade de seus gestores de encontrar uma solução duradoura que impulsiona o sistema como um todo a um novo patamar de acumulação, os efeitos sociais que têm levado à inviabilidade da sobrevivência de uma crescente população supérflua, a desvalorização do trabalho como meio de existência social ou de ascensão social – como se acreditou possível no passado –, colocam um desafio irrefutável para a teoria social crítica e para as estratégias do Serviço Social no combate à desigualdade e à miséria imanentes à sociedade de classe regida pelo capital. O desafio é construir uma alternativa social ao sistema do capital.

Na crise atual, além das saídas comuns de expropriação, o capitalismo promove

um duplo movimento: o aumento do desemprego estrutural, até mesmo em países desenvolvidos, com níveis de qualidade de vida e bem-estar social estáveis até então e a degradação ambiental em níveis alarmantes (MÉSZAROS, 2009). O estresse do meio ambiente é percebido mais fortemente com a consideração de que o aquecimento global é um fato que precisa ser enfrentado e que coloca a humanidade numa trajetória de crise civilizatória. Na visão de Mézaros (2009), pela primeira vez o sistema sociometabólico não está conseguindo reverter a crise, e as tentativas de resolvê-la, nos seus limites, pode levar a uma guerra no plano ecológico e/ou militar.

Historicamente o antagonismo entre capital e trabalho passou por muitas transformações. Como a racionalização do trabalho na era Taylorista (HARVEY, 1989), em que pela primeira vez a produtividade do trabalho aumentou de forma expressiva e significativa sem repercutir na contratação de mais trabalhadores, ou seja, mudou o paradigma que associava aumento de produção a mais trabalhadores na época, marcando o período da organização do trabalho. Com o Fordismo da década de 20, aprofunda-se a racionalização, divisão do trabalho e a especialização das tarefas (HARVEY, 1989). Como nova segunda revolução industrial, o modelo fordista massificou a produção, permitiu a economia de escala e alienou ainda mais o trabalhador (HARVEY, 1989; BRAVERMAN, 1998).

Com os avanços tecnológicos e os novos modelos organizativos, modificam-se as relações de trabalho, e o trabalhador é o mais afetado. Já na década de 70, no lugar da produção em massa, emerge o capital flexível (HARVEY, 1989). Com a automação, produção enxuta, eliminação dos desperdícios e corresponsabilidade do trabalhador, o que Antunes (1999) denominou da captura da subjetividade do trabalhador, o modelo Toyotista avançou. Além disso, outros fenômenos contribuíram ainda mais para a flexibilização do capital como a nova globalização e a revolução tecnológica.

A introdução de novas máquinas informatizadas no sistema produtivo permitiu o aumento, mais uma vez, da produtividade do trabalho e proporcionou novamente alterações nas relações de trabalho, principalmente no que diz respeito a interação entre trabalhador e máquina (ANTUNES; ALVES, 2004). Isso aumenta o estranhamento com o trabalho e, por conseguinte, a sua desumanização (ANTUNES, 2008). Dessa forma, a classe trabalhadora torna-se ainda mais heterogênea, com trabalhadores mais precarizados, com vínculos mais fragilizados e com menos direitos, como os terceirizados e temporários (ANTUNES, 2004, 2008).

Para Druck (2011), esse processo de transformações ao longo das últimas décadas consolida-se como uma era de financeirização do capital, alicerçada por um projeto político e econômico neoliberal, e que se reverbera em uma intensa reestruturação do trabalho. É uma época, na visão da autora, que mesmo com os aprimoramentos e modificações nas relações de trabalho, a essência se mantém com a apropriação do trabalho pelo capital.

Na era da acumulação flexível, as transformações trazidas pela ruptura com o padrão fordista geraram outro modo de **trabalho e de vida pautado na flexibilização e na precarização do trabalho**, como exigências do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital num grau nunca antes alcançado. Houve uma evolução da esfera financeira, que passou a determinar todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as práticas produtivas e os modos de gestão do trabalho, apoiada centralmente numa nova configuração do Estado, que passa a desempenhar um papel cada vez mais de “gestor dos negócios da burguesia”, já que ele age agora em defesa da desregulamentação dos mercados, especialmente o financeiro e o de trabalho (DRUCK, 2011, p.42).

O mercado financeiro supervalorizado, com o capital circulando em todo o globo, em busca de aumentar os lucros de forma exponencial, com um Estado mais voltado aos interesses da classe hegemônica, desregulamentando o trabalho, políticas sociais e do meio ambiente, cada vez mais a serviço da acumulação, o trabalho precarizado passou a ser uma das manifestações mais expressivas dessa fase.

No Brasil, recentemente, reformas trabalhistas com a criação do trabalho intermitente, trabalho remoto ou teletrabalho, e a regulação de outras formas de trabalho foram legalizadas. O presidente Jair Bolsonaro, na sua campanha e logo após a posse, ventilou várias vezes o antagonismo entre ter emprego ou ter direitos. Propondo, inclusive, um projeto denominado carteira verde-amarela, para criar empregos com menos direitos e menor proteção social. Também ocorreu a ampliação irrestrita da terceirização. Ações que precarizarão ainda mais as relações de trabalho e fazem parte da estratégia do capital para superar a crise.

Para Galeazi e Holzman (2011 *apud* CERQUEIRA e LEAL, 2018), a definição de trabalho precário está contida em duas dimensões. A primeira diz respeito à forma e à regulação social do trabalho: “*a ausência ou redução de direitos e garantias do trabalho*”; e a segunda, ao conteúdo do trabalho: “*a qualidade no exercício da atividade*” (p.3). Já para Vosko (2010, p. 2 *apud* CERQUEIRA e LEAL, 2018), o trabalho precário é caracterizado pelo “*trabalho remunerado caracterizado por incerteza, baixa renda, benefícios sociais e direitos estatutários limitados*”.

O quadro abaixo evidencia algumas das dimensões do trabalho precário quanto à forma e ao conteúdo:

ELEMENTOS FORMAIS	ELEMENTOS DE CONTEÚDO
fragilidade dos vínculos contratuais de trabalho	falta de oportunidades de desenvolvimento profissional
redução de rendimentos	incremento das condições de trabalho perigosas e insalubres, tanto sob o ponto de vista da saúde física e mental
supressão de garantias sociais vinculadas ao trabalho	intensificação do trabalho
redução da capacidade de negociação coletiva	obstáculos à participação direta no trabalho
	acentuação de práticas discriminatórias nas relações de trabalho

Quadro: Dimensões do trabalho precário

Fonte: Cerqueira e Leal (2018).

Ainda na perspectiva desses vínculos mais frágeis e precários, observa-se que o empreendedorismo é evidenciado como uma forma de autoexploração e como uma forma de vínculo de trabalho que, no contexto atual é caracterizado justamente por não ter as garantias de proteção sociais historicamente conquistadas, expõe o trabalhador a condições de trabalho ainda mais desumanizadoras, com baixos rendimentos, maior volume de trabalho e ainda aliena o trabalhador à ideia de que tais vínculos representariam maiores ganhos.

Em uma reportagem de maio de 2019, na *Carta Capital*, com o título “*Apps são os maiores empregadores, mas precarização dá o tom nos trabalhos*”, já possível perceber os efeitos de uma conjuntura de desemprego estrutural, ascensão das novas formas de organização e controle do trabalho e suas consequências. Na reportagem é contada a história de um trabalhador sem emprego fixo, que se inscreveu no aplicativo da UBER para ajudar na renda familiar. Ele passa, de acordo com o texto, de 12 a 18 horas por dia dirigindo para faturar 6 mil reais por mês, em média. Sendo que apenas 2,5 mil reais ficam com ele, os demais seriam para cobrir os custos da atividade e mais de 30% ficam com a operadora do aplicativo. A reportagem faz o alerta de que, caso fique doente e não possa trabalhar, ele não teria como manter a média dos rendimentos.

Trabalhar 18 horas por dia, de segunda a segunda, remonta ao século XIX e XX, quando os trabalhadores eram praticamente aquartelados nas fábricas. Sem contar que, com esse volume e intensidade de trabalho, as chances de adoecimento e acidentes só aumentam.

Apesar disso, o número de pessoas que trabalham como motoristas de aplicativos só aumenta. De acordo com a figura 01, essa é a segunda categoria com a maior variação entre pessoas ocupadas em 2017-18. Esse número chegou a mais de 3,6 milhões de pessoas em 2018, cerca de 810 mil a mais do que em 2017 (IBGE, 2020).

Com a pandemia, os serviços de entrega aumentaram no Brasil e, provavelmente, em todo o mundo. Com isso, os trabalhadores ficam ainda mais expostos aos perigos de um

emprego precário, sem proteção social contra acidentes e outras intempéries no exercício da sua atividade. Voltando à reportagem da *Carta Capital*, citando uma pesquisa do Instituto Locomotiva, Uber, iFood e Rappi, caso se juntassem em uma única organização, seria um dos maiores empregadores no Brasil, com mais de 4 milhões de motoristas empregados em 2018. São vínculos precários, com empresas sediadas no exterior, em sua maioria, sem proteção social e com jornadas exaustivas.

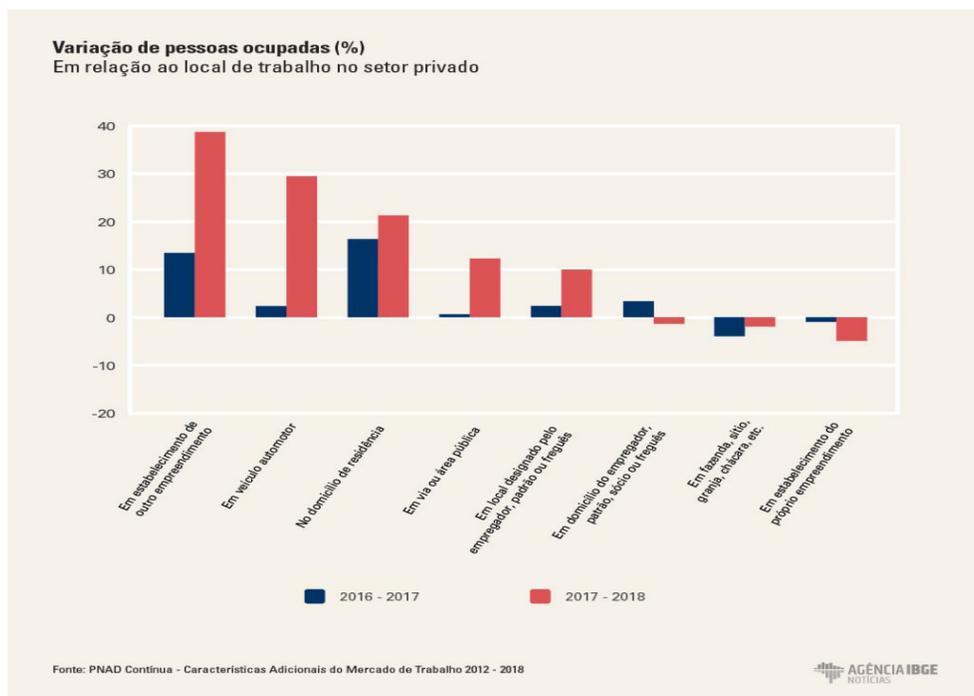


Figura 01 - Variação de Pessoas Ocupadas

Fonte: IBGE (2020).

A pandemia de COVID-19 contribuiu para aumentar ainda mais a precarização. Em reportagem publicada em julho de 2020, no portal UOL, com o título: *Pandemia precariza ainda mais o trabalho de entregadores de aplicativos*, é abordado como as principais empresas de aplicativos de motoristas como *Food*, *Rappi*, *Uber Eats* e *Loggi* aumentaram a presença de motoristas nas ruas para atender à crescente demanda. Com isso, os trabalhadores, que já trabalhavam intensamente para atingir uma determinada renda, passaram a aumentar os seus esforços. Se antes poderiam chegar a 200 reais diários de faturamento bruto, desconsiderando os custos e o percentual das empresas de aplicativos), na atual conjuntura conseguir chegar a 100 reais era uma raridade, o que incentiva a concorrência e a competitividade entre os trabalhadores, conforme relata a reportagem e, conforme já observado neste ensaio, como valores da Era atual de metamorfose do mundo

do trabalho.

Esses aplicativos, que emergem com o avanço das tecnologias, em consonância com o atual momento do capital, não apresentam aos trabalhadores a verdadeira face das novas relações de trabalho: trabalho precário e cada vez mais degradante. Pelo contrário, apresentam-se como uma oportunidade de negócios e novas relações comerciais. Aqui é justamente onde o texto se relaciona com a ideia de empreendedorismo. Para Abílio (2019), a flexibilização do trabalho, o neoliberalismo e o desemprego estão relacionados a novos significados e usos do conceito de empreendedorismo.

Na concepção liberal e dentro da perspectiva de uma economia de mercado capitalista, o Empreendedorismo é considerado uma das alavancas do crescimento econômico (LUMPKIN e DESS, 1996, PAIVA JUNIOR e MELLO, 2009), associado à inserção de inovação e ao empreendedor como seu principal agente (DOSI et al., 1988; FREEMAN & PEREZ, 1988; MARSHALL, 1982; SCHUMPETER, 1982). Essa é uma perspectiva aceita pelos economistas. Já numa abordagem comportamentalista, o enfoque é no sujeito e suas características (LUMPKIN e DESS, 2001). Trata-se de uma perspectiva que visa entender se existem características distintas que diferenciam esses sujeitos de outros.

O empreendedorismo tem crescido como discurso, mas também como pauta, de pesquisas na academia. A pesquisa científica sobre a temática está expressa em diversas conferências e publicações (MURPHY; LIAO; WELSCH, 2006; ALDRICH, 2012), e essa intensificação ao logo dos anos coaduna com o período socio-histórico de alteração das relações de trabalho.

O conceito de empreendedorismo abarca tanto aqueles que criam novos negócios, de qualquer tipo, quanto aqueles que criam negócios inovadores e de crescimento acelerado (GARTNER, 1988, 1990; BYGRAVE, 1989; BRUYAT, 1993; DANJOU, 2002; HERNANDEZ, 2002), no modelo das empresas de base tecnológica como as *startups* etc.

Para Schumpeter (1982), que seria clássico quando se refere ao conceito, a definição estaria associada à inovação e ao processo disruptivo da economia:

É, contudo, o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores, se necessário, são por ele 'educados'; eles são, por assim dizer, ensinados a desejar novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que têm o hábito de consumir.

Na visão Schumpeteriana, o empresário seria um agente inovador, com criatividade, ousadia, novas ideias e com disposição para assumir riscos, mas com capital para ação. Contudo, na visão dele, o Estado poderia financiar ideias inovadoras e, como consequência, a promoção do desenvolvimento econômico.

De acordo Landström *et al.* (2012), na visão Schumpeteriana, o avanço do capitalismo não seria fruto do processo de acumulação de capital, mas da inserção de inovações, que promoveram novas taxas de crescimento. Apenas o empreendedor seria capaz de reformar ou revolucionar o sistema econômico a partir das inovações (BRUYAT &

JULIEN, 2001 SCHUMPETER, 1961).

O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de transformação econômica e não, apenas, reveste caráter estacionário, pois jamais poderia tê-lo. Não se deve esse caráter evolutivo do processo capitalista apenas ao fato de que a vida econômica transcorre em um meio natural e social que se modifica e que, em virtude dessa mesma transformação, altera a situação econômica. Esse fato é importante e essas transformações (guerras, revoluções e assim por diante) produzem frequentemente transformações industriais, embora não constituam seu móvel principal. Tampouco esse caráter evolutivo se deve a um aumento quase automático da população e do capital, nem às variações do sistema monetário, do qual se pode dizer exatamente o mesmo que se aplica ao processo capitalista. O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista. (SCHUMPETER, 1961, p.106).

A abordagem atual do empreendedorismo que emergiu no atual contexto do capital flexível, convive com a proposta Schumpeteriana, mas se difere substancialmente da sua concepção. Um tipo de empreendedorismo que visa mascarar as relações informais e precárias do trabalho, transferindo os riscos para o trabalhador (ABÍLIO, 2019) e aumentando a sua exploração com a alienação e o falseamento das relações de trabalho, confundindo a figura do trabalhador e empresário (ABÍLIO, 2019). O autor apresenta o exemplo da Uber, que seduz o motorista com a proposta de que ele será o “seu próprio chefe”.

O empreendedorismo torna-se genericamente sinônimo de assumir riscos da própria atividade. Opera aí um importante deslocamento do desemprego enquanto questão social para uma atribuição ao indivíduo da responsabilização por sua sobrevivência em um contexto de incerteza e precariedade. (ABÍLIO, 2019, p.4).

Para Dardor e Laval (2016), essa nova concepção de empreendedorismo de si mesmo está associada a uma ideologia neoliberal, que captura a subjetividade do sujeito, transformando-o em sujeito empresarial ou sujeito neoliberal. Para Carmo *et al* (2020), o empreendedorismo, na ideologia neoliberal, é disseminado por discursos, imperativos e normas que têm por objetivo legitimar e naturalizar a dominação. Esses modelos de aplicativos são os exemplos disso. Há a substituição do contrato salarial por um contrato comercial, e a atividade do indivíduo passa a ser uma valorização individual (DARDOR e LAVAL, 2016) da competição generalizada, ao transformarem-se em homens-empresa, e na conversão dos sujeitos em meras ferramentas para o alcance de objetivos financeiros (GAULEJAC, 2007).

Para Dardor e Laval (2016), a “empresa de si mesmo” acaba integrando e eliminando os limites entre a vida pessoal e a vida profissional, modificando as relações familiares e, com o tempo, tal mediação não é mais determinada pela relação de contrato assalariado e sim pelos projetos dos diversos empregadores.

Tanto no empreendedor de si mesmo quanto no gerente subordinado de si mesmo (ABÍLIO, 2019), que é o caso dos aplicativos, a precarização é um dos elementos que caracterizam essas relações. Em ambos os casos, o discurso do empreendedorismo está presente. O mercado de trabalho formal em crise, e com a redução dos rendimentos do trabalhador, cresce o número dos chamados Empreendedores iniciais. Aqueles que estão na fase inicial do negócio e que estão mais propensos a riscos.

Taxas¹ (em %) e estimativas² (em unidades) de empreendedorismo segundo o estágio - Brasil - 2019

Estágio	Taxas	Estimativas
Empreendedorismo total	38,7	53.437.971
Empreendedorismo inicial	23,3	32.177.117
Novos	15,8	21.880.835
Nascentes	8,1	11.120.000
Empreendedorismo estabelecido	16,2	22.323.036

Fonte: GEM Brasil 2019

¹ Percentual da população de 18 a 64 anos. A soma das taxas parciais pode ser diferente da taxa total, pois empreendedores com mais de um empreendimento são contabilizados mais de uma vez.

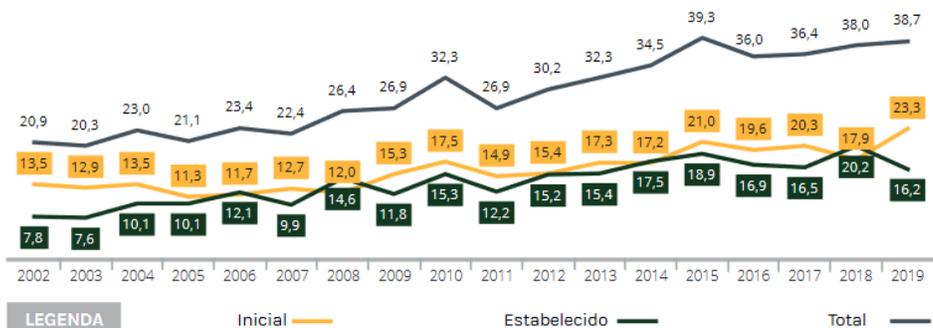
² Estimativas calculadas a partir de dados da população brasileira de 18 a 64 anos para o Brasil em 2019: 138,1 milhões. Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030 (ano 2019).

Figura 02 – Taxa de crescimento do empreendedorismo no Brasil em 2019

Fonte: GEM Brasil, 2020.

A taxa de novos empreendimentos foi de 38,7%, considerada a 2ª taxa da série histórica, de acordo o GEM (2019). A primeira havia sido em 2015, com 39,3%. Já em 2019, a taxa de empreendedorismo inicial (23,3%) foi superior à taxa de 16,2% do empreendedorismo já estabelecido, considerada como a maior diferença entre as taxas dos dois estágios.

Evolução das taxas¹ (em %) de empreendedorismo segundo o estágio do empreendimento (inicial, estabelecido e total) - Brasil - 2002:2019



Fonte: GEM Brasil 2019

¹ Percentual da população de 18 a 64 anos.

Figura 03 – Evolução das taxas de crescimento de empreendedorismo no segundo estágio do Brasil 2002-2019

Fonte: GEM Brasil, 2020.

Esse crescimento, ao longo dos anos, demonstra as transformações no mercado de trabalho brasileiro, com aumento dos empreendimentos individuais relacionados a negócios. Esses 38% correspondem a mais de 52 milhões de brasileiros com idade entre 18 e 64 anos, que estão envolvidos em algum tipo de negócio na sua fase inicial. Em 2002, os números eram de aproximadamente 15 milhões de pessoas, de acordo com a pesquisa do GEM Brasil (*Global Entrepreneurship Monitor* Empreendedorismo no Brasil), uma das principais entidades de monitoramento desse tipo de atividade.

Em um artigo sobre empreendedorismo, publicado em junho de 2020, com um título sugestivo: “*Brasil deve atingir marca histórica de empreendedorismo em 2020*”, o SEBRAE confirma que o país terá a sua maior marca de empreendedores iniciais em mais de 20 anos. Afirmando que seriam mais de 25% da população adulta do país.

Ainda nesse artigo o SEBRAE aponta os resultados da pesquisa GEM de 2019 do Brasil como significativos, e que a pandemia impulsionaria esse índice. Destarte, que a motivação principal para a criação dos empreendimentos foi a escassez de empregos, principalmente em grupos mais vulneráveis socialmente como mulheres e negros.

Como a realidade se impera, de acordo com uma reportagem do *site* Agência Brasil, intitulado “*Pandemia fecha 39,4% das empresas paralisadas, diz IBGE*”, com dados da Pesquisa Pulso Empresa, que fazem parte das Estatísticas Experimentais do IBGE, 522,7 mil empresas, de um total de 1,3 milhão, fecharam em função da pandemia. O número corresponde a 39,4% do total, e a maioria (99,2%) era de pequeno porte, com em média 49 empregados; 4,1 mil (0,8%) eram de porte intermediário, que empregam entre 50 a 499 empregados; e 110 (quase inexpressivo) de grande porte, que empregam mais de 500

empregados. O setor mais afetado foi o de serviços, com 258,5 mil (49,5%), seguido pelo Comércio com 192,0 mil (36,7%), Construção com 38,4 mil (7,4%), e Indústria com 33,7 mil (6,4%).

As pequenas empresas são as mais afetadas, pois não possuem recursos suficientes para segurar a falta de venda e pouca capacidade de adaptação frente às restrições sanitárias. Os empresários iniciantes também são os que mais estão suscetíveis a esse fechamento, pois estão em fase inicial do negócio, onde a taxa de mortalidade é elevada, de acordo com o SEBRAE.

De acordo com o IBGE, no final de 2020, o país tinha entre desempregados (14,023 milhões), e se for incluído os subocupados, um total de 32,162 milhões pessoas sem emprego formal. O que representaria uma alta de 21% no período de um ano. O número de desalentados subiu 22,9% nesse mesmo período, o que corresponde a 5,723 milhões de pessoas. Os trabalhadores com carteira assinada no setor privado seriam de 29,963 milhões, e os informais seriam 33,5 milhões. Um verdadeiro exército de reserva.

A economia impactada pela recessão dos últimos anos, e pela pandemia, contribuiu para o aumento da pobreza. De acordo uma reportagem publicada pela BBC Brasil em abril de 2021, a pobreza vai atingir mais de 61 milhões de brasileiros este ano, com a falta de empregos, além de auxílio emergencial reduzido e restrito. Em relação à pobreza extrema, em dois anos mais de 5,4 milhões de pessoas passaram para o grupo que ficou abaixo da linha da pobreza. O que representa mais de 13,9 milhões de pessoas vivendo em condições extremamente precárias. Políticas de transferência de renda foram citadas como impactantes nesses números, mas a ausência ou redução dessas afetam significativamente a realidade da pobreza no país.

A precariedade social e a degradação ambiental são reflexos de um modelo em crise e que luta para manter a sua hegemonia como principal sistema de produção de mercadorias. Contudo, se depara com os seus limites e as contradições de produzir mais do que a capacidade de consumo das pessoas, já que o lucro é o principal motor impulsionador do capital.

CONCLUSÃO

A crise estrutural do capitalismo avança na redução dos direitos sociais e, conseqüentemente, na criação de trabalhos precários. O aumento da exploração de si mesmo e a uberização (gerente de si mesmo) das relações de trabalho são marcas constantes do contexto atual. A estratégia do empreendedorismo passou a ser uma das mais intensas do capital para camuflar a exploração do trabalhador.

Teletrabalho, trabalho remoto, microempreendedor individual, empresarizarização, pejetização, terceirização, quarteirização etc. são alguns exemplos de como as transformações do mundo do trabalho avançam no sentido de a manter a lógica da

exploração e o controle do capital pelo trabalho. Tais modelos muitas vezes são oferecidos como alternativas à crise dos empregos e ao desemprego estrutural como opções mais rentáveis, ressaltando que o indivíduo é o responsável pelo seu próprio bem-estar. Ao Estado, caberia o papel de indutor e garantidor das condições estruturais necessárias à reprodução de um capital flexível e avassalador.

Em um cenário de redução drástica dos investimentos do Estado em políticas sociais, frente ao desmonte provocado pelo aprofundamento das políticas neoliberais, e pela queda nos investimentos públicos, ainda mais agravados pelo contexto pandêmico, a situação de precariedade social dos trabalhadores só aumenta.

O empreendedorismo passou a ser sinônimo de emprego. Diferentemente de um empreendedorismo associado à inovação e ao desenvolvimento econômico na visão Schumpeteriana, que também é restrito aos que possuem capital para inovar ou que possuem influência para conseguir financiamento do Estado. As empresas de base tecnológica, como as Startups, podem ser citadas como exemplos.

Se o capital está em crise, e o empreendedorismo é a sua estratégia de precarização das relações de trabalho, mesmo com o desmonte do Estado e das instituições, é necessário incentivar alternativas como as cooperativas, como foi no caso do movimento dos motoristas de aplicativos do IFood, frente aos acidentes constantes e outros problemas relacionados a esse tipo de atividade já citados, empreendimentos na economia solidária e outros modelos de organização dos trabalhadores para gerar renda e emancipação.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. **Uberização**: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. Revista Psicoperspectivas, v.18, n.3, 2019.

ANTUNES, R. L. C. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. In: ANTUNES, R. L. **C.Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2008. p. 212-212.

ANTUNES, R. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. **Cadernos de Psicologia social do trabalho**, v. 2, p. 55-59, 1999.

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, n. 107, p. 405-419, 2011

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

BARBOSA, Attila Magno e Silva. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2011, vol.19, n.38, pp.121-140. ISSN 0104-4478. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000100008>.

BORGES, A. F., & ENOQUE, A. G. (2020). Pesquisa em empreendedorismo: a produção científica francófona em perspectiva. **Cadernos EBAPE.BR**, 18(4), 906-923. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/82698>.

BRAVERMAN, H. Labor and monopoly capital: The degradation of work in the twentieth century. NYU Press, 1998.

BRUYAT, C. Creation d'entreprise: contributions épistémologique et modélisation. Tese (Doutorado). Doctorat ès Sciences de Gestion, Université Pierre-Mendès, Grenoble, França, 1993.

BRUYAT, C., & JULIEN, P. (2001). Defining the field of research in entrepreneurship. **Journal of Business Venturing**, 16(2), 165-180.

BYGRAVE, W. D. **The entrepreneurship paradigm**: a philosophical look at its research methodologies. Entrepreneurship: theory & practice, fall, 1989.

CARMO, L. J. O., ASSIS, L. B. de, Gomes Júnior, A. B., & Teixeira, M. B. M. (2021). O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. **Cadernos EBAPE.BR**, 19(1), 18-31. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/83118>.

CASTEL, R. 2003. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 4ª ed. Petrópolis: Vozes.

CASTELLS, M. 2002. **A sociedade em rede**. V. I: A era da informação: economia, sociedade e cultura. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

CERQUEIRA, L. S. ; LEAL, Anne Pinheiro . A precarização do trabalho na produção acadêmica em Administração. In: **Encontro Nacional da Anpad**, 2018, São Paulo. Anais do EnAnpad 2018, 2018.

DANJOU, I. L'entrepreneuriat: un champ fertile à la recherche de son unité. **Revue Française de Gestion**, v.28, n.138, 2002, p.109-125.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo Editorial, 2017.

DE STEFANO, V. (2016). **The rise of the “just-in-time workforce”: On-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig-economy”** (Conditions of Work and Employment Series, No. 71). Geneva, Suíça: ILO.

DOSI, G. et al. **Technical change and economic theory**. London: Pinter, 1988. 646 p.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências. **Caderno CRH**, Salvador, UFBA, v. 24, 2011.

FREEMAN, C.; PEREZ, C. Structural crises of adjustment business, cycles and investment behaviour. In: DOSI, G. et al. (Org.). **Technical change and economic theory**. London: Printer, 1988. p. 38-66.

GARTNER, W. B. A. “Who is an entrepreneur?” is the wrong question. **American Journal of Small Business**, v.4, n.12, p.11-32, 1988.

GARTNER, W. B. A. What Are We Talking About When We Talk About Entrepreneurship? **Journal of Business Venturing**, v. 5, n. 1, p. 15-28, 1990.

Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo, SP: Editora Ideias & Letras.

GEM BRASIL. *Global Entrepreneurship Monitor or Empreendedorismo no Brasil: 2019*\Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Geco; diversos autores -- Curitiba: IBQP, 2020. 20.

HARVEY, D. *The condition of postmodernity*. Oxford: Blackwell, 1989.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 1ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HERNANDEZ, E. De l'entrepreneuriat au modèle entrepreneurial. *Revue Française de gestion*, v.28, n.138, 2002, p.99-107.

HUWS, U., SPENCER, N., SYRDAL, D., & HOLTS, K. (2018). *Work in the European Gig Economy*. Brussels, Belgium: FEPS-Foundation for European Progressive Studies.

LANDSTRÖM, H., HARIRCHI, G., & ASTRÖM, F. (2012). *Entrepreneurship*: exploring the knowledge base. *Research Policy*, 41(7), 1154-1181.

LUMPKIN, G. T.; DESS, G. G. *Linking two dimensions of entrepreneurial orientation to firm performance*: the moderating role of environment and industry life cycle. *Journal of Business venturing*, New York, v. 16, n. 5, p. 429-451, May 2001.

MARSHALL, A. *Princípios de economia: tratado introdutório*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. v. 1, 272 p.

MESZÁROS. A crise estrutural do capital. In: *Outubro-Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, São Paulo, n. 4. 2000.

MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. *A Crise Estrutural do Capital*. 2ª ed. São Paulo: BOITEMPO, 2009.

MISOCZKY, M. C., Abdala, P. R. Z., & Damboriarena, L. (2017). A Trajetória Ininterrupta da Reforma do Aparelho de Estado no Brasil: Continuidades nos Marcos do Neoliberalismo e do Gerencialismo. *Administração Pública e Gestão Social*, 9(3), 184-193.

OLIVEIRA JUNIOR, A. B. de, GATTAZ, C. C., BERNARDES, R. C., & IIZUKA, E. S. (2018). Pesquisa em empreendedorismo (2000-2014) nas seis principais revistas brasileiras de administração: lacunas e direcionamentos. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(4), 610-630. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/67644>.

PANIAGO, M. C. S. (2014). A Crise Estrutural e a Centralidade das Classes Sociais. *Revista Katálisis*, 17(1), 41-49.

PAIVA JÚNIOR, F. G. de; MELLO, S. C. B. O papel da ação empreendedora no cenário das empresas de base tecnológica. In: *ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA*, 4., Recife, 2009. Anais... Recife: ANPAD, 2009. CD ROM.

PAULA, A.P.P. (1998). O fim dos empregos: O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, 38,75-76.

PESOLE, A., BRANCATI, M.C, MACÍAS, E., BIAGI, F., & VÁZQUEZ, I., (2018). **Platform workers in Europe**. Vaduz, Luxembourg: Publications Office of the European Union.

SCHUMPETER, J. A. (1961). **Capitalismo, Socialismo e Democracia** (Tradução Ruy Jungmann). Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundo de Cultura.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 170 p.

VERGA, E., & SILVA, L. F. S. (2014). **Empreendedorismo**: evolução histórica, definições e abordagens. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 3 (3), 3-30.

Sites:

<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2012/09/epoca-negocios-e-finalista-do-concurso-melhor-capa-do-ano-2012.html>. Acessado em 25 de abril de 2021.

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/10/empreendedora-dribla-a-crise-vendendo-paes-e-bolos-na-janela-do-seu-apartamento-ckfsi5rpx0008016v83gim7o1.html> Acessado em 25 de abril de 2021.

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-empendedorismo-nas-universidades-brasileiras,6ad3352450608510VgnVCM1000004c00210aRCRD> Acessado em 25 de abril de 2021.

<https://www.cartacapital.com.br/economia/proletariado-digital-apps-promovem-trabalhos-precarios-a-brasileiros/> Acessado em 25 de abril de 2021.

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/10/pandemia-preciza-ainda-mais-o-trabalho-de-entregadores-de-aplicativos.htm> Acessado em 25 de abril de 2021.

<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/brasil-deve-atingir-marca-historica-de-empendedorismo-em-2020,d9c76d10f3e92710VgnVCM1000004c00210aRCRD> Acessado em 25 de abril de 2021.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/pandemia-fecha-394-das-empresas-paralisadas-diz-ibge> Acessado em 25 de abril de 2021.

<https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2021/01/brasil-desempregados-subocupados-desalentados/> Acessado em 25 de abril de 2021.

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56843399> Acessado em 25 de abril de 2021.